



merciais, pescadores esportivos, o Ibama e as autoridades de alguns municípios da região. A necessidade do acordo foi motivada pela escassez de pescado no rio Unini, causada pelos chamados “geleiros” ou “geladores”, barcos que pescam com rede de arrasto e bombas, atividade predatória e proibida por lei, geralmente realizada por pessoas de fora do Parque.

A alternativa encontrada para minimizar o problema foi instalar um posto de fiscalização, sob responsabilidade do Ibama e em colaboração com a Associação de Moradores do Rio Unini. O objetivo é limitar a pesca e o número de barcos “geleiros” que adentram o rio na época da temporada – sendo que 50% dos pescadores desses barcos devem ser, segundo o acordo, provindos das comunidades que vivem no parque. A pesquisadora notou, nesse caso, que a atribuição de fiscalização, que era do Ibama, acabou sendo efetivada pela associação dos moradores das comunidades do rio Unini, devido à incapacidade do órgão em fiscalizar uma área do parque.

**PICINGUABA** Para a coordenadora do Nepam, a situação do Parque do Jaú ilustra o que ocorre na maioria dos parques nacionais. Outras iniciativas de êxito também podem ser citadas, co-

mo o Núcleo Picinguaba, no Parque Estadual da Serra do Mar, próximo à Ubatuba, no litoral paulista. Os moradores locais, na sua maioria pequenos pescadores, não foram realocados e se investiu em turismo de baixo impacto. Apesar do aumento populacional, diminuiu-se a pressão para construção de casas de veraneio, os objetivos de conservação foram mantidos e a qualidade de vida dos moradores melhorou, garante Lúcia.

Além das iniciativas em curto prazo, como democratizar as decisões e diminuir a pressão pela exploração econômica de alto impacto na região dos parques, a pesquisadora considera que “é preciso estabelecer acordos com os moradores para o controle do uso de recursos, e se fazer cumprirem esses acordos”. Ela acrescenta, ainda, a necessidade de alteração da legislação, para acompanhar o avanço do debate científico sobre biodiversidade.

*Daniel Chiozzini*



Comunidade ribeirinha que cuida da preservação das margens

## **VALE DO RIBEIRA**

### Quilombo mantém raízes culturais na modernização

Para chegar até lá só atravessando o rio por uma balsa improvisada ou em uma canoa. Cerca de 100 metros separam as duas margens do rio Ribeira: de um lado estradas cortam a cidade de Eldorado, extremo sul paulista; do outro, um caminho de terra leva até Ivaporunduva, uma comunidade quilombola reconhecida pelo governo e considerada a mais antiga do Vale do Ribeira.

Ali vivem 83 famílias, somando ao todo uma população de 290 habitantes entre crianças, jovens e adultos, que se empenham em preservar sua cultura.

Descendentes de escravos – a maioria originária de Moçambique – que chegaram no Ribeira no século XVIII para garimpar ouro, esses quilombolas, como são chamados os habitantes dessas comunidades, embora vivam da agricultura familiar, estão atentos aos avanços da tecnologia e querem tornar sua particularidade numa atração para garantir uma renda extra.

Entre os projetos atuais tocados pela comunidade, está o plantio e



Foto: Cármen D. Gallo

O quilombo de Ivaporunduva quer fazer de sua história uma forma de garantir o desenvolvimento sustentável

a comercialização da banana orgânica, a instalação de uma fábrica de processamento de banana-passa, a abertura de uma pousada - chamada por eles de Casa dos Visitantes - para fomentar o turismo local e a produção de peças de artesanato em palha de bananeira. Tais ações foram discutidas entre os membros de Ivaporunduva, com o objetivo de garantir o desenvolvimento sustentável do local.

**DIFICULDADES** Benedito Alves da Silva, 50 anos, um dos moradores do quilombo, explica que a comunidade viveu isolada durante muito tempo e que, desde a década de 1970, lutou pela regularização de suas terras. “No estado de São Paulo, nós fomos a primeira comunidade que teve coragem de

entrar na justiça e pedir que o governo reconhecesse nossa comunidade e nos desse o título”, afirma Silva, que também é membro da coordenação da Associação Quilombo de Ivaporunduva e faz parte da Comissão Estadual Quilombola e da Equipe de Articulação das Comunidades

Negras do Brasil.

O maior perigo para os quilombos é a especulação imobiliária. “Muitas comunidades quilombolas estão, hoje, nas mãos dos fazendeiros”, diz Silva. Outro problema é a exclusão escolar. As crianças, por exemplo, estudam da pré-escola à quarta série em uma escola dentro do quilombo; depois precisam ir até Itapiuna e, mais tarde, para Eldorado (45 km de distância), para poderem continuar os estudos. Apesar das dificuldades, treze jovens da comunidade estão na universidade, graças ao núcleo pré-vestibular existente dentro do quilombo e às parcerias com o projeto Educafro - Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes.

**PREOCUPAÇÃO** A construção das barragens para a formação de hidrelétricas na região é um problema que a comunidade se prepara a enfrentar. Alguns moradores, como Benedito Alves, fazem parte do Movimento dos Ameaçados por Barragens do Vale do Ribeira (MOAB) e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Para ele, o projeto da construção da barragem de Tijuco Alto, por exemplo, poderá trazer prejuízos à comunidade e comprometer a preservação da Mata Atlântica.

**COSTUMES** A vida em Ivaporunduva tem a marca da simplicidade: a maioria mora em casas de alvenaria, embora boa parte ainda mantenha a tradição de viver em casas de sapé, pau-a-pique, com o chão de barro socado; plantam milho, mandioca, arroz e feijão, disputam o espaço com galinhas e, mais no interior do quilombo, com os bananais, que constituem a maior renda local. São cerca de 120 mil pés de banana que produzem, em média, 600 caixas por semana. O lucro é dividido, num sistema cooperativado. Em breve, entrará em operação uma fábrica para produzir banana-passa, banana frita (tipo chips), balas e doces. É uma parceria com a Faculdade de Engenharia de Alimentos da Unicamp, num



projeto de geração de renda, aumento da qualidade de vida, preservação e conservação ambiental e obtenção de produtos com certificação social e orgânica.

Os moradores aguardam, ainda, a finalização e inauguração de uma pousada construída com recursos estaduais para atrair escolas e universidades. Com a pousada, os estudantes poderão passar mais tempo e explorar melhor o local. O artesanato é outra fonte de renda e de expressão cultural dos quilombolas. São cerca de vinte artesãos que, além de venderem suas peças na região, expõem seus trabalhos em faculdades e mostras de arte, como o projeto “Revelando São Paulo”.

**PATRIMÔNIO** Ivaporunduva abriga relíquias arquitetônicas como uma igreja construída no século XVIII e um cemitério cercado por um muro de taipa e encravado no meio da mata. Com os moradores que o quilombo surgiu quando, ainda no século XVIII, uma fazendeira conhecida como Maria Joana teria ficado doente e voltado para Portugal, deixando para trás seus escravos. Alguns permaneceram em Ivaporunduva, outros se espalharam em outras comunidades.

*Gabriela Di Giulio*

## QUILOMBOS NO BRASIL

Os dados sobre o número de quilombos ainda existentes no Brasil e sua população residente são contrastantes. De acordo com a Fundação Cultural Palmares, cerca de 2 milhões de pessoas moram em áreas remanescente de quilombos no Brasil. Hoje, não mais se sabe quantos povos vindos da África ainda estão representados, por conta da miscigenação entre eles. Ainda segundo a fundação, seriam 743 comunidades reconhecidas, mas apenas 29 têm o título definitivo da terra - como é o caso de Ivaporunduva; para Benedito Alves, seriam, atualmente, 48 comunidades em tais condições. Para a pesquisadora Lourdes Carril, geógrafa e professora do Cefet/SP - Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo, seriam 843, sendo 88 delas na região Sudeste. O Vale do Ribeira é considerada a região que mais abriga comunidades quilombolas do país. Para Lourdes, o atual governo está mais sensível com a questão, o que permite esperar que a quantidade de títulos de terras dos quilombos aumente.



“Baiana sambando”

## ANTROPOLOGIA

### Mito ou identidade cultural da preguiça

A imagem de preguiçoso que o baiano tem, seja na literatura ou no imaginário popular, foi construída ao longo da história. Foi este o ponto de partida da pesquisa da antropóloga Elisete Zanlorenzi, em sua tese de doutorado defendida em 1998, na USP, sobre “O mito da preguiça baiana”, que deve transformar-se em livro este ano. O interesse pelo tema começou quando Elisete morava em Salvador, entre 1980 e 1984, e acompanhou uma campanha difamatória comandada pela mídia local sobre o movimento do bairro Calabar, criado a partir de uma ocupação na década de 1940 em uma região nobre da capital baiana. “Os moradores